UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
CURSO DE PSICOLOGIA

ANNA LUÍZA DA SILVA MATOS
INGRID ELLEN MATHIAS DA PAIXÃO
LARISSA FERREIRA PERDIGÃO
MAYRA MUNIZ OLIVEIRA
RAISSA DE OLIVEIRA PRADO
SARA GABRIELA TEIXEIRA

# DILEMAS ÉTICOS NA ATUAÇÃO PSICOLÓGICA: O TEMPO DA CRIANÇA, O TEMPO DA FAMÍLIA E O TEMPO DA JUSTIÇA

BELO HORIZONTE
2026

## RESUMO

O presente trabalho analisa os dilemas éticos enfrentados pelos profissionais da Psicologia no contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, considerando as tensões entre o tempo da criança, o tempo da família e o tempo da justiça. A pesquisa fundamenta-se em uma visita técnica à Casa Lucas, instituição de acolhimento localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, e em entrevista realizada com uma psicóloga da equipe, articulando as experiências observadas com reflexões teóricas sobre ética profissional, políticas públicas e garantia de direitos. A análise aborda os desafios da atuação psicológica diante de situações de vulnerabilidade social, violência, negligência e fragilização dos vínculos familiares, destacando a importância do trabalho interdisciplinar e da articulação com a rede de proteção social. A partir das contribuições de Hannah Arendt, discute-se também a relação entre as esferas pública e privada, especialmente quando a intervenção do Estado se torna necessária para assegurar os direitos fundamentais da criança. Os resultados da reflexão evidenciam a complexidade das decisões institucionais, uma vez que os processos de reorganização familiar, os procedimentos judiciais e as necessidades do desenvolvimento infantil apresentam temporalidades distintas. Conclui-se que a atuação psicológica no acolhimento institucional exige uma postura ética, crítica e comprometida com a proteção integral da criança, o respeito aos vínculos familiares e a compreensão das condições sociais que atravessam as situações de acolhimento.


**Palavras-chave:** Acolhimento institucional; Ética profissional; Psicologia jurídica; Direitos da criança.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos na infância, geralmente associamos essa fase da vida ao cuidado, à proteção e à convivência familiar. Entretanto, essa não é a realidade de todas as crianças. Em muitos casos, situações de negligência, violência, abandono e vulnerabilidade social comprometem o desenvolvimento infantil e tornam necessária a intervenção do Estado para garantir direitos básicos. É nesse contexto que surgem as instituições de acolhimento, responsáveis por oferecer proteção temporária a crianças e adolescentes que, por diferentes motivos, precisaram ser afastados de suas famílias.

Entre essas instituições está a Casa Lucas, localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais. A instituição integra a rede de proteção à infância e adolescência e atua no acolhimento de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos fundamentais violados. Seu trabalho está fundamentado nos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e determina que sua proteção deve ser responsabilidade da família, da sociedade e do Estado (Brasil, 1990).

Durante a visita técnica realizada à instituição e na entrevista conduzida com uma psicóloga da equipe, foi possível perceber que o acolhimento institucional vai muito além da oferta de moradia temporária. A Casa Lucas desenvolve um trabalho que envolve cuidado, proteção, acompanhamento social e articulação com diferentes políticas públicas. Ao mesmo tempo, a atuação dos profissionais revela desafios complexos, especialmente quando é necessário lidar com situações que envolvem conflitos familiares, decisões judiciais e garantia dos direitos das crianças acolhidas.

A partir dessa experiência surgiu uma questão que orienta a presente reflexão: como os profissionais da Psicologia lidam com os dilemas éticos que aparecem quando situações pertencentes à esfera privada da família passam a exigir intervenção pública para proteger os direitos da criança?

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo apresentar a Casa Lucas e analisar os desafios éticos presentes na atuação psicológica dentro do acolhimento institucional, relacionando essa prática às discussões sobre a separação entre as esferas pública e privada na sociedade contemporânea.

## 2 A CASA LUCAS E SUA ATUAÇÃO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A Casa Lucas é uma instituição de acolhimento localizada em Belo Horizonte que desenvolve um trabalho voltado à proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Sua atuação está inserida na rede de proteção à infância e adolescência do município e busca garantir segurança, cuidado e acompanhamento especializado para crianças que tiveram seus direitos violados.

O acolhimento institucional é uma medida prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e deve ser utilizado apenas quando outras alternativas de proteção não são suficientes para garantir a segurança da criança ou adolescente. O próprio ECA estabelece que o acolhimento possui caráter excepcional e provisório, devendo priorizar sempre que possível a reintegração familiar (Brasil, 1990).

Nesse sentido, a Casa Lucas não se apresenta como substituta da família. Pelo contrário, sua proposta é oferecer proteção temporária enquanto são construídas condições que permitam o retorno seguro da criança ao convívio familiar ou, quando isso não é possível, a adoção de outras medidas de proteção previstas em lei.

Ao conhecer a instituição, torna-se evidente que sua atuação envolve uma série de responsabilidades que ultrapassam a oferta de abrigo. O trabalho desenvolvido busca promover o desenvolvimento integral dos acolhidos, considerando aspectos emocionais, sociais, educacionais e afetivos. Essa preocupação demonstra uma compreensão ampliada da infância, reconhecendo que o desenvolvimento saudável depende não apenas da satisfação das necessidades básicas, mas também da construção de vínculos e da garantia de direitos.

A missão da Casa Lucas está relacionada à promoção do cuidado, da proteção e do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Seus princípios estão alinhados aos valores da dignidade humana, da ética, da responsabilidade social e da valorização dos vínculos familiares.

Esses valores podem ser observados na forma como a instituição organiza suas atividades e em sua preocupação constante com o bem-estar das crianças acolhidas. Durante a visita, foi possível compreender que a instituição busca construir um ambiente acolhedor e próximo de uma dinâmica familiar, evitando que o acolhimento seja percebido apenas como uma resposta burocrática às situações de risco.

Essa característica é particularmente importante porque muitas das crianças que chegam ao acolhimento já passaram por experiências marcadas por insegurança, violência ou abandono. Para elas, a construção de um ambiente estável e acolhedor representa um

elemento fundamental para o fortalecimento emocional e para a reconstrução da confiança nas relações interpessoais.

De acordo com as informações obtidas, a Casa Lucas atende crianças e adolescentes encaminhados por órgãos responsáveis pela proteção da infância, especialmente em situações nas quais foram identificadas violações de direitos. Entre as principais situações que podem resultar no acolhimento estão casos de negligência familiar, violência física, violência psicológica, violência sexual, abandono, situação de rua e contextos familiares marcados por vulnerabilidade social extrema.

Essas situações revelam que o acolhimento institucional está diretamente relacionado a problemas sociais complexos. Muitas vezes, os fatores que levam uma criança ao acolhimento não podem ser compreendidos apenas como escolhas individuais das famílias. Questões como pobreza, exclusão social, desemprego, dependência química e acesso precário a políticas públicas frequentemente fazem parte da realidade dessas famílias e influenciam diretamente as situações de risco enfrentadas pelas crianças.

Essa percepção se tornou ainda mais evidente durante a entrevista realizada com a psicóloga da instituição. Em determinado momento, ela destacou que diversos problemas observados nas famílias acolhidas não surgem de forma isolada, mas fazem parte de processos que atravessam gerações. Segundo seu relato, situações como dependência química, trabalho infantil e outras formas de vulnerabilidade muitas vezes já estavam presentes na história familiar antes mesmo do nascimento da criança. Essa observação convida a uma reflexão importante sobre a complexidade dos processos sociais que envolvem o acolhimento institucional.

A estrutura da Casa Lucas foi organizada para atender às necessidades cotidianas dos acolhidos e proporcionar condições adequadas de convivência. A instituição conta com quartos, banheiros, cozinha, refeitório, espaços de convivência e áreas destinadas a atividades recreativas e acompanhamento técnico. Mais do que uma questão física, esses espaços cumprem uma função simbólica importante, contribuindo para a criação de um ambiente que favoreça o sentimento de pertencimento e segurança.

Outro aspecto fundamental para o funcionamento da instituição é a atuação da equipe multiprofissional. A Casa Lucas conta com psicólogos, assistentes sociais, coordenadores, cuidadores, educadores e voluntários que atuam de forma integrada. Cada profissional desempenha funções específicas, mas o trabalho conjunto é indispensável para garantir um atendimento que considere as múltiplas necessidades das crianças acolhidas.

Durante a entrevista, chamou atenção a forma como a psicóloga descreveu a participação das cuidadoras no acompanhamento das crianças. Segundo ela, muitas informações importantes surgem nos momentos mais simples da rotina, como durante as refeições, as brincadeiras ou os cuidados diários. Frequentemente são as cuidadoras que percebem alterações no comportamento das crianças, identificam sinais de sofrimento emocional e comunicam essas observações à equipe técnica. Isso demonstra que o cuidado institucional não se restringe às intervenções formais realizadas pelos profissionais especializados, mas é construído diariamente nas relações estabelecidas dentro da instituição.

Além do acolhimento e da proteção, a Casa Lucas desenvolve atividades voltadas para o fortalecimento dos vínculos familiares. Esse aspecto merece destaque porque muitas vezes existe uma visão equivocada de que instituições de acolhimento afastam definitivamente a criança de sua família. Na realidade, a legislação brasileira estabelece justamente o contrário. Sempre que possível, devem ser criadas condições para que a reintegração familiar aconteça de forma segura e responsável.

Essa preocupação aparece de forma recorrente na atuação da equipe técnica. O acompanhamento das famílias, os encaminhamentos para serviços públicos e o diálogo constante com a rede de proteção demonstram que o acolhimento não envolve apenas a criança, mas também a tentativa de reorganização do contexto familiar que originou a situação de risco.

Dessa forma, compreender a Casa Lucas exige reconhecer que sua atuação ultrapassa os limites de uma instituição de abrigo. Trata-se de um espaço que articula proteção social, garantia de direitos, cuidado emocional e acompanhamento familiar. Sua existência evidencia a importância das políticas públicas voltadas à infância e adolescência e demonstra como a proteção integral das crianças depende da atuação conjunta de diferentes profissionais e instituições.

## 3 A PSICOLOGIA NA CASA LUCAS E OS DESAFIOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Ao ingressar em um serviço de acolhimento institucional, muitas pessoas imaginam que o trabalho do psicólogo acontece de forma semelhante ao que ocorre em consultórios clínicos. No entanto, a realidade observada na Casa Lucas demonstra uma atuação bastante diferente dessa imagem tradicional. A prática profissional desenvolvida na instituição está diretamente relacionada à garantia de direitos, ao acompanhamento das famílias e à articulação com a rede de proteção social.

Durante a entrevista realizada com a psicóloga da instituição, um dos aspectos que mais chamou atenção foi justamente a explicação sobre o papel desempenhado pela Psicologia dentro do acolhimento. Segundo a profissional, sua atuação está fundamentada principalmente na Psicologia Social Jurídica e não em um modelo clínico tradicional. O trabalho desenvolvido envolve avaliações psicossociais, elaboração de relatórios, acompanhamento das famílias e participação nos processos relacionados à proteção das crianças acolhidas.

Essa observação é importante porque amplia a compreensão sobre o campo de atuação da Psicologia. Durante a graduação, muitas vezes a profissão é associada quase exclusivamente à psicoterapia individual. Entretanto, a experiência da Casa Lucas mostra que o psicólogo também atua em contextos sociais, institucionais e jurídicos, nos quais o foco não está apenas no indivíduo, mas nas relações, nos vínculos familiares e nas condições sociais que influenciam a vida das pessoas.

Nesse contexto, a atuação profissional exige uma visão ampla da realidade. As crianças acolhidas não chegam à instituição carregando apenas questões emocionais individuais. Elas fazem parte de histórias familiares marcadas por diferentes formas de vulnerabilidade, o que exige dos profissionais uma compreensão que considere aspectos econômicos, sociais, culturais e históricos.

A própria psicóloga entrevistada destacou que muitos dos problemas enfrentados pelas famílias são resultado de processos que se repetem ao longo das gerações. Em diversas situações, as dificuldades observadas atualmente já estavam presentes na infância dos próprios responsáveis. Isso evidencia que o acolhimento institucional não pode ser compreendido apenas como resposta a comportamentos individuais, mas também como consequência de desigualdades sociais persistentes.

Outro aspecto relevante refere-se às estratégias utilizadas para compreender as demandas das crianças. A profissional explicou que grande parte das intervenções ocorre por meio da escuta, da observação e da utilização de recursos expressivos, como desenhos e brincadeiras. Essas ferramentas são especialmente importantes porque muitas crianças ainda não possuem recursos verbais suficientes para expressar de forma clara seus sentimentos e experiências.

Além disso, a entrevista evidenciou a importância do trabalho coletivo dentro da instituição. O acompanhamento das crianças não é responsabilidade exclusiva do psicólogo. Pelo contrário, envolve uma construção compartilhada entre diferentes profissionais,

especialmente as cuidadoras, que convivem diariamente com os acolhidos e frequentemente identificam mudanças de comportamento, medos, angústias e dificuldades emocionais.

Essa dinâmica reforça a ideia de que o cuidado institucional não é produzido apenas por intervenções técnicas formais. Ele é construído também nas pequenas relações do cotidiano, nos momentos de alimentação, nas conversas espontâneas e nas atividades realizadas diariamente.

Outro ponto importante observado durante a entrevista foi a preocupação constante com a articulação entre a instituição e a rede de proteção social. A Casa Lucas não atua de forma isolada. Seu trabalho depende da interação com serviços como CRAS, CREAS, unidades de saúde, escolas e sistema de justiça. Essa articulação é fundamental para que as famílias tenham acesso aos recursos necessários para superar as situações que motivaram o acolhimento.

Entretanto, a profissional também destacou que a rede pública enfrenta limitações significativas. Muitas vezes, as famílias necessitam de acompanhamento psicológico, tratamento para dependência química ou acesso a outros serviços especializados, mas encontram dificuldades relacionadas à falta de vagas e à sobrecarga dos serviços públicos.

Essa realidade revela que a proteção integral da criança não depende apenas do trabalho desenvolvido dentro da instituição. Ela exige o funcionamento adequado de uma rede ampla de políticas públicas, capaz de oferecer suporte efetivo às famílias em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, a atuação psicológica na Casa Lucas demonstra que o acolhimento institucional envolve muito mais do que o cuidado direto com a criança. Trata-se de um trabalho complexo, que exige articulação com diferentes setores, compreensão das desigualdades sociais e constante reflexão sobre os limites e possibilidades da intervenção profissional.

## 4 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Durante a realização deste trabalho, uma questão esteve presente em diferentes momentos da visita e da entrevista: até que ponto a sociedade pode intervir na vida privada de uma família?

Embora essa pergunta não possua uma resposta simples, ela ajuda a compreender diversos desafios enfrentados pelos profissionais que atuam em instituições de acolhimento.

Tradicionalmente, a família é considerada parte da esfera privada. É nesse espaço que se desenvolvem os vínculos afetivos, a educação dos filhos e as relações mais íntimas da vida humana. Durante muito tempo, acreditou-se que aquilo que acontecia dentro das famílias dizia respeito apenas aos seus próprios membros.

Entretanto, a sociedade contemporânea passou a reconhecer que determinadas situações não podem permanecer restritas ao espaço privado. Quando uma criança sofre violência, abandono ou negligência, a questão deixa de ser apenas familiar e passa a envolver toda a sociedade. Nesse momento, torna-se necessária a intervenção do Estado para garantir direitos fundamentais.

As reflexões de Hannah Arendt ajudam a compreender esse fenômeno. Para a autora, as esferas pública e privada possuem funções diferentes, mas nem sempre permanecem completamente separadas. Em determinadas circunstâncias, problemas que surgem no âmbito privado tornam-se questões públicas por afetarem valores coletivos e direitos fundamentais (Arendt, 2007).

A realidade observada na Casa Lucas ilustra claramente essa situação. As crianças acolhidas chegam à instituição em decorrência de acontecimentos que tiveram origem no ambiente familiar. Inicialmente, esses acontecimentos pertenciam ao espaço privado. No entanto, quando passaram a representar ameaça ao desenvolvimento das crianças, tornaram necessária a intervenção de instituições públicas e profissionais especializadas.

Nesse sentido, a Casa Lucas ocupa um lugar bastante singular. Ela funciona como um espaço de encontro entre duas dimensões que frequentemente entram em tensão. De um lado estão os direitos da família, sua história, suas dificuldades e sua autonomia. Do outro estão os direitos da criança, sua necessidade de proteção e sua condição de sujeito em desenvolvimento.

É justamente nessa fronteira que surgem muitos dos dilemas éticos enfrentados pelos profissionais da instituição.

A entrevista realizada evidenciou que as decisões tomadas pela equipe frequentemente envolvem questões complexas e emocionalmente difíceis. Não se trata apenas de avaliar comportamentos ou cumprir procedimentos técnicos. Trata-se de lidar com histórias marcadas por sofrimento, desigualdade social, vínculos afetivos e direitos que, em determinados momentos, podem parecer conflitantes.

Por esse motivo, compreender a atuação da Casa Lucas exige reconhecer que o acolhimento institucional não é apenas uma prática assistencial. Ele representa também uma

expressão concreta das tensões existentes entre proteção, autonomia, justiça e responsabilidade social.

## 5 DILEMAS ÉTICOS NA ATUAÇÃO PSICOLÓGICA: O TEMPO DA CRIANÇA, O TEMPO DA FAMÍLIA E O TEMPO DA JUSTIÇA

Ao longo da entrevista realizada na Casa Lucas, diversos aspectos relacionados à atuação da Psicologia foram apresentados. No entanto, um tema apareceu de forma especialmente marcante: a dificuldade de equilibrar os direitos da criança e os direitos da família.

Em um primeiro momento, essa questão pode parecer simples. Afinal, se uma criança foi afastada do convívio familiar por estar em situação de risco, seria natural imaginar que a proteção da criança deve ser a única prioridade. Entretanto, a realidade encontrada pelos profissionais é muito mais complexa do que essa visão inicial permite compreender.

A legislação brasileira estabelece que o acolhimento institucional deve ser uma medida temporária e excepcional. O objetivo principal é que a criança possa retornar para sua família sempre que existirem condições seguras para isso. Dessa forma, o trabalho desenvolvido pela instituição não envolve apenas o cuidado com a criança acolhida, mas também o acompanhamento da família e a tentativa de reconstrução dos vínculos familiares (Brasil, 1990).

Durante a entrevista, a psicóloga destacou que muitas das famílias acompanhadas enfrentam problemas extremamente complexos, como dependência química, pobreza, violência doméstica e situações de exclusão social que se prolongam por muitos anos. Em alguns casos, essas dificuldades já estavam presentes em gerações anteriores da mesma família.

Esse aspecto produz uma das primeiras tensões éticas observadas no acolhimento institucional. Por um lado, existe o reconhecimento de que muitas famílias necessitam de apoio, acesso a políticas públicas e oportunidades para reorganizar suas vidas. Por outro, existe a necessidade de proteger a criança e garantir seu desenvolvimento em um ambiente seguro.

Nesse contexto, surge uma questão difícil: quanto tempo deve ser esperado para que uma família consiga se reorganizar?

A fala da psicóloga chamou atenção justamente para essa diferença entre aquilo que ela definiu como o tempo da família e o tempo da criança. Segundo a profissional, processos

de mudança familiar costumam ser lentos e exigem acompanhamento contínuo. Entretanto, o desenvolvimento infantil acontece de forma rápida. Enquanto os adultos tentam reorganizar suas condições de vida, a criança continua crescendo, construindo vínculos e atravessando etapas importantes do desenvolvimento.

Essa observação traz uma reflexão importante. Para um adulto, alguns meses podem representar apenas uma etapa de um processo mais longo. Para uma criança pequena, porém, esse mesmo período pode corresponder a mudanças significativas em sua vida emocional, cognitiva e social.

Por esse motivo, os profissionais que atuam no acolhimento institucional convivem constantemente com a necessidade de tomar decisões que envolvem diferentes temporalidades. Existe o tempo da família, que frequentemente demanda processos longos de transformação. Existe o tempo da justiça, marcado por procedimentos legais e avaliações técnicas. E existe o tempo da criança, que não pode ser interrompido enquanto essas questões são resolvidas.

É justamente nesse ponto que o trabalho da Psicologia adquire uma dimensão ética particularmente complexa.

A profissional entrevistada relatou que uma das responsabilidades da equipe técnica é produzir avaliações e relatórios que auxiliam o Poder Judiciário na tomada de decisões relacionadas ao futuro das crianças acolhidas. Embora a decisão final não seja tomada pelo psicólogo, seus pareceres possuem grande relevância dentro do processo.

Isso significa que os profissionais frequentemente precisam responder a perguntas difíceis. A família possui condições de reassumir os cuidados da criança? O retorno ao ambiente familiar representa segurança ou risco? Já foram esgotadas as possibilidades de reintegração? Essas questões não possuem respostas exatas e exigem avaliações cuidadosas.

A complexidade dessas decisões mostra que a ética profissional não se limita ao cumprimento de normas ou códigos de conduta. Ela está presente nas escolhas cotidianas, nas interpretações realizadas pelos profissionais e na responsabilidade envolvida em cada recomendação apresentada.

Ao refletir sobre essa realidade, percebe-se que o psicólogo ocupa uma posição singular dentro da instituição. Sua função não consiste apenas em compreender o sofrimento das crianças ou das famílias. Ele precisa também produzir análises que contribuam para decisões capazes de impactar profundamente a vida das pessoas envolvidas.

Nesse sentido, a ética deixa de ser apenas um conjunto de princípios abstratos e passa a se manifestar como um exercício permanente de reflexão diante de situações que raramente apresentam soluções simples.

## 6 REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E OS LIMITES DA INTERVENÇÃO

A experiência proporcionada pela visita à Casa Lucas permitiu compreender que a atuação profissional em contextos de vulnerabilidade social exige uma postura muito diferente daquela frequentemente imaginada por estudantes que ainda estão em formação.

Durante a graduação, é comum que a Psicologia seja associada principalmente ao atendimento clínico. Entretanto, a realidade observada na instituição evidencia que o trabalho do psicólogo pode assumir diferentes formas, dependendo das necessidades apresentadas pelo contexto em que está inserido.

Na Casa Lucas, a atuação profissional está diretamente relacionada à proteção de direitos. Isso significa que o psicólogo precisa desenvolver competências que vão além da escuta clínica, incluindo conhecimento sobre políticas públicas, legislação, trabalho em rede e dinâmica familiar.

Outro aspecto que chamou atenção foi a importância da atuação interdisciplinar. Nenhum profissional consegue responder sozinho às demandas apresentadas pelas crianças e famílias acolhidas. A complexidade das situações exige diálogo constante entre Psicologia, Serviço Social, Educação, Saúde e Sistema de Justiça.

Essa percepção contribui para ampliar a compreensão sobre o próprio conceito de cuidado. Frequentemente, o cuidado é associado apenas à dimensão afetiva ou emocional. Entretanto, a realidade observada demonstra que cuidar também envolve garantir acesso a direitos, construir estratégias de proteção e promover condições para que as pessoas possam desenvolver suas potencialidades.

Ao mesmo tempo, a entrevista evidenciou os limites existentes dentro das próprias políticas públicas. A dificuldade de acesso a serviços especializados, a insuficiência de recursos e a sobrecarga da rede de atendimento aparecem como obstáculos importantes para a efetivação dos direitos das famílias e das crianças.

Essa constatação é relevante porque evita interpretações simplistas sobre as situações de acolhimento. Muitas vezes, existe uma tendência de atribuir os problemas exclusivamente às famílias. Entretanto, a realidade observada demonstra que as dificuldades enfrentadas estão

frequentemente relacionadas a questões sociais mais amplas, envolvendo desigualdade, pobreza e limitações estruturais das políticas públicas.

Dessa forma, compreender o acolhimento institucional exige reconhecer que ele não é apenas uma resposta a problemas individuais. Trata-se também de um reflexo das condições sociais existentes e das formas como a sociedade organiza seus mecanismos de proteção à infância.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visita técnica realizada à Casa Lucas possibilitou uma aproximação concreta com a realidade do acolhimento institucional e com os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam na proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que a instituição desempenha uma função fundamental dentro da rede de proteção social de Belo Horizonte, oferecendo acolhimento, cuidado e acompanhamento para crianças que tiveram seus direitos violados. Mais do que um espaço de abrigo, a Casa Lucas se apresenta como um ambiente de reconstrução de vínculos, promoção de direitos e fortalecimento de possibilidades futuras.

A entrevista realizada com a psicóloga da instituição permitiu ampliar a compreensão sobre a atuação profissional nesse contexto. Observou-se que o trabalho desenvolvido ultrapassa os limites da prática clínica tradicional e envolve questões sociais, jurídicas e éticas que exigem constante reflexão por parte dos profissionais.

A análise realizada também demonstrou que os principais dilemas éticos surgem justamente na tentativa de equilibrar interesses legítimos que nem sempre caminham na mesma direção. O direito da criança à proteção, o direito da família à convivência familiar e o papel do Estado na garantia desses direitos constituem dimensões que frequentemente entram em tensão dentro do acolhimento institucional.

As reflexões sobre a separação entre as esferas pública e privada contribuíram para compreender que muitas situações inicialmente consideradas problemas familiares tornam-se questões de interesse coletivo quando envolvem violações de direitos. Nesse contexto, instituições como a Casa Lucas assumem um papel essencial na mediação entre essas diferentes dimensões da vida social.

Por fim, conclui-se que o acolhimento institucional representa uma realidade complexa, marcada por desafios, responsabilidades e escolhas difíceis. A experiência proporcionada pela visita permitiu não apenas conhecer o funcionamento de uma instituição

de acolhimento, mas também refletir sobre a importância da ética, da proteção social e do compromisso com a garantia dos direitos da infância e adolescência.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A condição humana. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: CONANDA; CNAS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005.

SAWAIA, Bader Burihan (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2018.